

RESENHAS REVIEWS

SINNOT ARMSTRONG, W & TIMMONS, M (eds) *Moral knowledge? New readings in moral epistemology* New York/Oxford Oxford University Press, 1996

A coletânea de artigos publicados em *Moral knowledge?* reúne onze trabalhos de eminentes eticistas contemporâneos, tais como Peter Railton, Simon Blackburn, Robert Audi, R M Hare entre outros. O problema central que se pretende discutir pode ser formulado da seguinte maneira: as nossas crenças morais são justificáveis? A tentativa de dar uma resposta a esta questão interliga duas áreas da filosofia, a saber, a epistemologia e a ética. São problemas clássicos da epistemologia: como distinguir conhecimento de mera crença? quando uma crença é verdadeira? o que é verdade? como justificar nossas crenças? Ora, se as crenças dizem respeito a nossas razões para agir, nossas convicções sobre o que é bom ou mau, certo ou errado, então as questões epistemológicas aplicam-se a um conjunto específico e talvez *sui generis* de proposições, isto é, aquelas que tradicionalmente são consideradas morais (e.g. juízos normativos do tipo “você deve manter suas promessas”). Por isso, a questão central da epistemologia moral é discutir *se* e *quando* alguém pode *saber* ou estar *justificado* em acreditar que algo é moralmente certo ou errado. Esta é uma das preocupações centrais da meta-ética e tem ocupado muitos filósofos morais, principalmente, na ética analítica contemporânea.

Antes de apresentar um resumo de cada artigo, gostaria de aprofundar um pouco uma das questões centrais da epistemologia moral. Talvez seja amplamente conhecido o debate contemporâneo entre teorias as cognitivistas (e.g., o objectivismo ético de Moore) e as teorias não cognitivistas (por exemplo, o emotivismo de Ayer e Stevenson, o prescritivismo de Hare e, mais recentemente, o expressivismo de Gibbard e Blackburn). Uma questão central que divide tais

teorias e a de saber se juízos morais poder ser portadores de valor de verdade. Uma teoria não cognitiva sustenta que juízos valorativos podem ser verdadeiros ou falsos e que, portanto, juízos normativos também o podem. Uma teoria não cognitivista nega tal proposição afirmando que juízos morais são expressões das emoções e sentimentos do falante sem qualquer possibilidade de representarem estados de coisas objetivos. Resolver tal questão parece ser prioritário para uma correta compreensão do estatuto da própria ética, isto é, para saber o grau de cientificidade que ela pode reivindicar. Para se ter uma ideia da importância desta questão basta lembrar que um positivista lógico, Ayer por exemplo, negaria toda e qualquer pretensão de cientificidade da ética declarando inclusive que o discurso moral é sem sentido. Vou voltar ao problema de saber se juízos morais possuem valor de verdade ou não mais adiante.

Uma visão panorâmica, mas breve, da obra poderia ser assim apresentada. No primeiro artigo "Moral Skepticism and Justification", Sinnott Armstrong utiliza um dos argumentos céticos clássicos, a saber, o argumento do regresso (i.e., se uma crença moral não pode ser justificada sem depender de certas inferências a partir de outras crenças e estas por sua vez também devem ser justificadas, então a justificação de uma crença moral parece levar a um regresso infinito de uma justificação após a outra) e defende sua própria visão *cética*. Visto que as teorias do conhecimento e da justificação dependem substancialmente de concepções de verdade, Peter Railton em "Moral Realism: Prospect and Problems" e Simon Blackburn em "Securing the Nots: Moral Epistemology for the Quasi-Realist", argumentam, respectivamente, a favor e contra posições *realistas*, tendo como ponto central a questão de saber se juízos morais são ou não portadores de valor de verdade. Baseados num esclarecimento desta questão, examinam que tipo de estados de coisas os juízos morais poderiam representar e se são ou não independentes de nossas crenças e atitudes. No quarto artigo "Intuitionism, Pluralism, and the Foundations of Ethics", Robert Audi defende uma versão de *intuicionismo* moral, cuja tese central é a de que crenças morais podem ser justificadas imediatamente e independentemente de qualquer inferência. Geoffrey Sayre McCord argumenta, em "Coherentist Epistemology and Moral Theory," a favor de uma versão *coerentista* que sustenta que

a justificação de crenças morais depende de um sistema amplo de crenças, segundo o qual inferências e a própria crença na possibilidade de justificação fazem sentido. No sexto artigo "Foundationalism and Coherentism in Ethics," Richard Hare procura reconciliar coerentistas e fundacionalistas a partir de um entendimento mais amplo da importância da compreensão da *linguagem* moral para a justificação de crenças morais. Em "Science as a Basis for Moral Theory," Richard Brandt procura mostrar que as convicções morais podem ser justificadas apelando para determinadas ciências, principalmente a psicologia cognitiva. Em seu trabalho, "A Contractarian Account of Moral Justification," Christopher Morris sustenta que a moralidade pode ser fundamentada na *racionalidade* e que há certas pressuposições morais que nenhum indivíduo racional pode recusar. Segundo este modelo *contratualista*, David Copp desenvolve, em "Moral Knowledge in Society-Centered Moral Theory," uma posição similar segundo a qual a racionalidade não é um atributo de indivíduos, mas de determinadas escolhas e decisões *sociais*. Também Margaret Walker, em "Feminist Skepticism, Authority, and Transparency," enfatiza a dimensão social da moralidade, e argumenta que aquela fornece a *justificação* das crenças morais. No último artigo "Outline of a Contextualist Moral Epistemology," Mark Timmons defende a teoria *contextualista*, segundo a qual algumas crenças morais podem ser justificadas por certas pressuposições não-justificadas em determinados contextos. Finalmente, o livro *Moral Knowledge?* traz uma excelente bibliografia sobre epistemologia moral (incluindo indicações sobre ceticismo, fundacionalismo, intuicionismo, realismo moral e anti-realismo, etc.) comentada e organizada por Mitchell R. Haney.

Tendo apresentado uma visão bastante suscinta de cada artigo, gostaria de discutir mais detalhadamente um deles, pois não há como discutir todos numa simples resenha. O artigo de Simon Blackburn "Securing the Nots: Moral Epistemology for the Quasi-Realist" é atraente e desenvolve uma posição bastante original, tocando aos problemas centrais da epistemologia moral. Por isso, é o escolhido. Antes de reconstruir suas principais teses e avaliá-las criticamente, gostaria de tentar explicar a posição filosófica mais ampla de Blackburn. Desde seus livros *Spreading the word* e *Essays in Quasi-Realism* (ambos publicados pela Oxford University Press), Blackburn

vem desenvolvendo uma posição filosófica bastante peculiar. No que diz respeito à ética, Blackburn defende uma posição neo-humeana, também conhecida como projetivismo, cuja ideia básica é a de que há um mundo natural e diversos padrões não-cognitivos de reação a ele. A ética, então, trata destas atitudes, sentimentos, emoções, e não é composta por proposições descritivas. A originalidade de Blackburn está no que ele chama de *quase-realismo* — ele procura explicar e justificar a aparência realista do pensamento moral cotidiano (i.e., se alguém diz “Bill Clinton é mentiroso,” podemos eventualmente concordar respondendo “É verdade!”) usando um esquema conceitual anti-realista. Isto quer dizer que tal juízo valorativo não representa um estado de coisas natural que é independente de como compreendemos o mundo. E, antes, a declaração de nossa indignação e condenação de certos atos cometidos pelo presidente americano. Portanto, podemos considerar os juízos morais *crenças* portadoras de valor de verdade, mas a *explicação* disto não pode ser realista como a de juízos científicos descritivos sobre os quais é possível argumentar que um fato independente é o que torna uma proposição verdadeira ou falsa.

No artigo da coletânea, Blackburn procura refinar esta posição. Como o título indica, ele pretende defender algumas proposições negativas. Ele diz *não* ao relativismo, ao ceticismo, etc., mas a partir de um esquema conceitual quase realista. O argumento de Blackburn contra o ceticismo global, isto é, a tese de que é “sempre possível duvidar de tudo e de todos,” e “wittgensteiniano” está baseado na negação da possibilidade da “continua acessibilidade a argumentos ulteriores.” Quer dizer, o que Blackburn pretende negar é que seja possível sempre e de novo *duvidar* das justificações apresentadas como suporte das nossas crenças. Todavia, a posição de Blackburn parece implicar uma espécie de dogmatismo. Alias, ele chega a ser explícito: “nos *sabemos* algo quando temos exercitado um julgamento confiável (reliable) e não há chance alguma de um desenvolvimento posterior mudar nosso veredito” (p. 87, *italicos acrescentados*). Acho esta posição um tanto dogmática e gostaria de argumentar contra ela.

A confiabilidade pode ser um traço psicológico que acompanha o conhecimento entendido aqui como crença verdadeira e justificada. Todavia, ela não é uma condição necessária para conhecer e nem marca distintiva do saber. Muitos dos nossos juízos parecem carregar

um alto grau de confiabilidade num momento, mas noutro mostram-se falsos e geram crises e decepções tanto maiores quanto maior for o grau anterior de confiança. Portanto, a confiabilidade pode ser uma característica psicológica que acompanha o aparente estado cognitivo de alguém que acredita que sabe, mas esta longe de impressionar o cético ou mesmo de constituir-se numa refutação do argumento do regresso.

Alguém poderia objetar que a confiabilidade precisa ser compreendida noutro contexto filosófico, isto é, num modelo epistêmico que não seja externalista. Uma explicação externalista do conhecimento sustenta que há uma relação natural entre um estado de crença e a situação que o torna verdadeiro. Por isso, uma definição de conhecimento como “crença verdadeira e justificada” pressuporia, além de uma questionável teoria representacional do saber, uma relação interna entre crença e estado de coisas aparentemente incapaz de ser verificada. Poderíamos, então, deixar de lado este modelo representacional e buscar um outro ponto de partida. Por exemplo, um modelo pragmático de explicação do conhecimento superaria esta dificuldade e estaria mais próximo do internalismo na epistemologia. Talvez fosse neste contexto que a confiabilidade funcionaria melhor como marca do saber.

Uma discussão pormenorizada da disputa entre internalistas e externalistas certamente está além dos limites desta resenha. Mas há várias maneiras de fazer frente à objeção acima citada. Uma delas aponta para o caráter eminentemente proposicional do conhecimento. Uma explicação pragmática do conhecimento aparentemente paga um preço filosófico bastante alto, a saber a busca da verdade e substituída por algum tipo de funcionalidade ou utilidade. Até onde sei, a introdução da confiabilidade como sinal de conhecimento seguro remonta a Russell. Em seu livro *The Analysis of Mind*, ele constrói uma analogia entre um termômetro confiável e uma crença justificada. Ora, apesar do fato de que a comparação é inspiradora, ela é também bastante vaga. Torna-se, por conseguinte, altamente questionável qualquer tipo de aplicação ao conhecimento. Afinal, não é o caso que muitas das teorias científicas que a história da ciência mostrou serem falsas foram por muito tempo defendidas por pessoas que “confiavam” dogmaticamente nelas? A confiança de um defensor do

geocentrismo em nenhum sentido contribuiu para a verdade daquela teoria. Parece evidente que a confiança é irrelevante. Mais do que isso, ninguém pode estar seguro que nenhum desenvolvimento no conhecimento possa ser feito e que venha a abalar as nossas certezas atuais, *pace* Blackburn.

Em termos de crenças morais, o grau de confiança também tem pouco a ver com a verdade ou não desta crença. É aqui mostra-se porque a teoria expressivista de Blackburn e sua posição ontológica são insatisfatórias. Há uma ligação íntima entre a veracidade das nossas crenças morais e a correção das nossas ações. Isto é evidente na nossa noção de responsabilidade moral. Se *sabemos* que certas ações vão causar tais e tais consequências e estas são indesejáveis (por exemplo, que não reciclar lixo contribui para a degradação da natureza), então nossas ações serão mais ou menos corretas se esta crença particular está justificada ou não. Faz parte da correção moral das nossas ações o estarem fundadas em crenças justificáveis. Mas a confiança parece não contribuir nem para a verdade nem para a justificabilidade da crença. Alguém poderia muito bem agir com confiança e ainda assim a partir de crenças falsas. Por isso, a confiabilidade não é uma explicação satisfatória e nem uma característica do saber.

Isto quer dizer que talvez Blackburn esteja errado quando ele reconhece que os juízos morais cotidianos possuem um alto valor cognitivo e que aparentemente pressupõem algum tipo de realismo ético, mas que esta aparência realista é fundamentalmente equivocada e que a verdadeira explicação para tais juízos seja o quase-realismo tal como ele foi acima qualificado. O expressivismo e o quase-realismo de Blackburn são teorias altamente complexas para explicar algo aparentemente muito simples, a saber, que efetivamente consideramos juízos valorativos como capazes de serem verdadeiros ou falsos. Reconhecer isto, mas dizer que a melhor explicação tenha que começar do extremo oposto parece comprometer irremediavelmente o projeto de Blackburn.

Darlei Dall'Agnol
Departamento de Filosofia
UFSC